



SOBRE A GEOGRAFIA COMO UMA DISCIPLINA VISUAL

■ FELIX DRIVER*

A ideia de que a geografia é uma disciplina peculiarmente visual tem uma história longa. Não é apenas o produto de uma grande inquietação sobre as políticas da visão na teoria cultural recente. Uma história mais antiga de especulação acerca da visualidade da geografia remonta ao século XX, abrangendo as produções de numerosos educadores, acadêmicos e pesquisadores de campo atraídos por metáforas visuais e técnicas de um tipo ou de outro (MATLESS 1992, 1996). Esta perspectiva aparece nos escritos de geógrafos notáveis como Halford Mackinder e sua célebre descrição da disciplina como “uma forma especial de visualização” (Ó TUATHAIL 1996, Ryan 1994a). Voltando mais no tempo, também nos chama a atenção as maneiras pelas quais geógrafos implementaram uma variedade de tecnologias visuais, de slides e globos até mapas e gráficos (EDNEY 1997; GODLEWSKA 1999; SCHWARTZ 1996). Por séculos, de fato, praticantes da arte da geografia têm se

empenhado em desenvolver linguagens e técnicas para capturar o que os olhos poderiam ou deveriam ver em uma paisagem. Pensar sobre o que observar e como observar - de fato, o estado de observação em si - tem sido essencial para a teoria e prática do conhecimento geográfico (DRIVER 2001).

É importante registrar este ponto básico sobre a longevidade e a diversidade da preocupação dos geógrafos com o visual, porque senão corremos o risco de reiterar uma história que depende de algumas suposições evidentemente questionáveis acerca da absoluta ingenuidade de nossos antecessores. A acentuação dos seus pontos cegos produz o efeito de colocar em evidência nosso entendimento, como se pudéssemos em um breve instante (ou num piscar de olhos?) simplesmente nos desvencilharmos deste “ocularcentrismo” de uma vez por todas. A superficialidade de tal crítica deriva da sua ineficiência real para investigar a profundidade e

os efeitos do encantamento da geografia para com o visual. O que é preciso, ao contrário, como Gillian Rose colocou, “é um trabalho empírico cuidadoso que pode admitir as variadas modalidades assumidas pelo visual na disciplina”. Há o risco aqui de se subestimar a extensão do trabalho que vem sendo elaborado – não simplesmente ao longo dos últimos dez anos, mas em um período de tempo superior – ao romper e, na verdade, especular sobre a relação entre o conhecimento geográfico e a visualização. O “visual” tem sido, na verdade, esquadrinhado por geógrafos e outros interessados na história e nas formas do conhecimento geográfico. Rose sugere que muito deste trabalho (sobre mapeamento, paisagem ou fotografia) está preocupado com o passado pré-disciplinar da geografia (em outras palavras, com o conhecimento geográfico anterior ao século XX). Em um sentido cronológico simples, este tema possui um certo peso, embora em muitos casos o tipo de trabalho feito não é definido meramente pela cronologia. Contudo, não deveríamos subestimar as contribuições daqueles que trabalham com aspectos visuais no ensino da história e da geografia, no mapeamento, nos trabalhos de campo e nas teorizações em muitas partes do mundo ao longo do século XX (para mais exemplos de trabalhos recentes, ver PLOSZAJSKA 1999; SCHULTEN 2001; WITHERS 2001).

Mas esta é realmente uma questão de ênfase. O ponto crucial aqui é a necessidade de

dedicar mais atenção ao visual, menos como um contraste para se fazer outra coisa (como as geografias sensoriais do som, tato e paladar), mais como um tema de investigação com direito próprio – que, além disso, envolve necessariamente e absolutamente o pensamento sobre a relação do visual com os outros sentidos. Este argumento também requer, segundo meu ponto de vista, uma maneira diferente de pensar sobre a própria representação – não como algo a ser contraposto a outra coisa chamada de “prática” ou “performance”, mas como um efeito produzido através das práticas e performances. Isso, é claro, é o que historiadores do visual tais como Crary (1990) e Poole (1997) nos encorajam a fazer nos séculos XVIII e XIX, e não há, como nos mostra Rose, razão alguma para não fazermos isso nos séculos XX e XXI.

Isto me leva à discussão de Rose acerca da projeção de slides. Este é um tema interessante, não apenas porque ressalta alguns aspectos distintivos da prática contemporânea da geografia como uma disciplina acadêmica, mas também porque, inclusive, tem uma história altamente significativa. Rose se refere à genealogia das palestras com slides em história da arte feita por Nelson (2000), sugerindo que geógrafos deveriam considerar a função das transparências em suas próprias “metodologias de formação”. De fato, sabemos que o papel das tecnologias visuais no ensino e na pesquisa em geografia tem sido há bastante tempo uma das maiores preocupações de geógrafos na Grã-

Bretanha e em outros lugares. Por exemplo, as origens da Geographical Association, fundada na Inglaterra em 1893, se assentam sobre um esquema de troca de slides entre professores de geografia (BALCHIN 1993:3). O uso de slides - e de tecnologias visuais em geral - foi o maior assunto de discussão dentro dos círculos geográficos ao final do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX. Este interesse foi ainda mais desenvolvido nas páginas dos periódicos geográficos, tais como o *Geographical Teacher* na Grã-Bretanha e seus equivalentes internacionais. A obra de James Ryan (1994b:243-247) e de Teresa Ploszajska (1999:137-180) tem mostrado o quanto o debate sobre os slides e o seu uso subsequente por geógrafos foi primordial para o pensamento e o ensino geográfico na Grã-Bretanha durante esse período.

A inquietação sobre a relação entre a lanterna mágica no entretenimento popular e o projeto de slide no contexto científico moldou claramente as formas como as tecnologias foram consideradas no final do século XIX e, discutivelmente, desde então. Similarmente, o uso de slides como veículos para agitação política, propagandas missionárias ou entretenimentos populares (CULLEN 2002; GRANT 2001) acarretou consequências para as formas com que os geógrafos poderiam e efetivamente reagiram ao uso do slide no contexto educacional. Quando Rose escreve que acadêmicos também são "seduzidos" pela exibição de slides, ela reitera uma inquietude

que teria sido familiar aos membros mais conservadores da Royal Geographical Society (RGS) no final do século XIX, que temiam as associações populares de projeção de slides, e também ao antropólogo Claude Lévi-Strauss, que representou o projetor de slides (no começo de *Tristes Tropiques*) como uma máquina para divulgar as narrativas dos viajantes para um público passivo (DRIVER 2001). Curiosamente, ambos Vitorianos conservadores e modernos desencantados como Lévi-Strauss associaram a lanterna mágica com a vulgarização da técnica e a substituição da sensação pela ciência: a exibição de slides era, afinal, para mulheres e crianças.

Enquanto a ênfase de Rose sobre os aspectos performáticos da exibição de slides realça os modos com que o projetor empresta autoridade ao palestrante, mais atenção deveria ser dada à ambivalência da situação. As inquietudes sobre o exibicionismo e o sensacionalismo que envolveram a introdução de palestras com slides nas sociedades acadêmicas como a RGS, permanecem até hoje, embora frequentemente eles forneçam uma licença para o humor. Se este tipo de humor (o que em minha experiência - e não apenas minha! - frequentemente acompanha o uso de qualquer tecnologia mecânica ou eletrônica no salão de conferências) acentua ou mina a autoridade do conferencista é um ponto discutível. Poderia ser útil aqui distinguir entre diferentes tipos de autoridade e diferentes tipos de conferência¹.

A ênfase de Rose na necessidade de se prestar mais atenção aos espaços nos quais o conhecimento geográfico é performado ecoa em muitas chamadas recentes para se considerar a espacialidade da construção do conhecimento geográfico, especialmente no campo, mas também no salão de conferências, no departamento e no laboratório, por exemplo (para exemplos recentes, ver LIVINGSTONE 2000; LORIMER and SPEDDING 2002). O que distingue o ensaio de Rose é sua atenção sugestiva à interação entre tecnologias particulares, espaço e públicos: os espaços aqui não são mudos ou inertes, mas fazem parte da performance de forma decisiva². A maioria dos professores de sala de aula hoje, claro, é encorajada a interromper suas prolongadas palestras em fragmentos menores e a dividir sua turma em pequenos grupos sempre que possível: os princípios de aprendizado ativo têm modificado as maneiras com que os espaços de salas de conferências são usados atualmente.

Ao concluir este breve comentário, eu gostaria de refletir sobre um assunto mais vasto

levantado pela explicação de Rose, que diz respeito aos modos com que poderíamos conectar o pensar sobre a história da geografia com o pensar sobre a prática geográfica contemporânea. Uma implicação do argumento de Rose é que embora tenha havido muitas obras sobre a pré-história da geografia como uma disciplina visual, estas não têm se conectado muito com as análises das práticas visuais da geografia contemporânea. Se este é o caso ou não, realmente penso que às vezes temos escrito a história da geografia como se isso fosse algo extremamente exótico porém inofensivo, relegado, no mínimo, ao século passado, se não ao esquecimento: de nossas elevadas posições como pós-modernos, pós-colonialistas ou o que seja, separamo-nos de nossos predecessores sem sequer um olhar para trás. Não é uma questão de tempo para adotarmos uma visão mais modesta? Talvez aquela história que queremos transcender seja precisamente o que torna nossas próprias geografias possíveis? Há um pensamento.

NOTAS

* Department of Geography, Royal Holloway, University of London Egham, Surrey, RU; F.Driver@rhnc.ac.uk

¹. O surgimento do termo “apresentação”, incidentalmente, denota algo claramente autoconsciente e organizado, no qual o artifício da ocasião é evidente a todas as partes. Uma apresentação é uma conferência muito especial, que requer treinamento e habilidades que são cada vez mais ensinados a estudantes de geografia. Podíamos pensar mais além sobre o que isto provoca para a autoridade do conferencista e o papel dos suportes visuais, inclusive os slides.

². Sobre o assunto dos projetores de slide, embora eu não esteja certo do quão “hegemônico” eles são dentro da disciplina, ou até

que ponto o observador de fotografias aéreas estereoscópicas está participando de alguma coisa menos hegemônica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALCHIN, W. *The Geographical Association: The First Hundred Years, 1893–1993*. Sheffield: The Geographical Association, 1993.

CRARY, J. *Techniques of the Observer: On Vision and Modernity in the Nineteenth Century*. Cambridge, MA: MIT Press, 1990.

- CULLEN, F. Marketing national sentiment: Lantern slides of evictions in late nineteenth-century Ireland. *History Workshop Journal* 54:162–179, 2002.
- DRIVER, F. Hints to travellers: Observation in the field. In F. Driver (ed) *Geography Militant: Cultures of Exploration and Empire* (pp 49–67). Oxford: Blackwell, 2001.
- EDNEY, M. *Mapping an Empire: The Geographical Construction of British India, 1765–1843*. Chicago: University of Chicago Press, 1997.
- GODLEWSKA, A. From enlightenment vision to modern science? Humboldt's visual thinking. In: D. N. Livingstone and C. Withers (eds) *Geography and Enlightenment* (pp 236–279). Chicago: Chicago University Press, 1999.
- GRANT, K. Christian critics of empire: Missionaries, lantern lectures and the Congo Reform Campaign in Britain. *Journal of Imperial and Commonwealth History* 29:27–58, 2001.
- LIVINGSTONE, D. Making space for science. *Erdkunde* 54:285–296, 2000.
- LORIMER, H. and SPEDDING, N. Excavating geography's hidden spaces. *Area* 34: 294–302, 2002.
- MATLESS, D. Regional surveys and local knowledges: The geographical Imagination in Britain, 1919–1939. *Transactions of the Institute of British Geographers* 42:464–480, 1992.
- MATLESS, D. Visual culture and geographical citizenship: England in the 1940s. *Journal of Historical Geography* 22:424–439, 1996.
- NELSON, R. The slide lecture: Or, the work of art *history* in the age of mechanical reproduction. *Critical Inquiry* 26:414–434, 2000.
- Ó TUATHAIL, G. Imperial incitement: Halford Mackinder, the British Empire and the writing of geographical sight. In: G. Ó Tuathail (ed) *Critical Geopolitics* (pp 75–110). Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- PLOSZAJSKA, T. *Geographical Education, Empire and Citizenship: Geographical Teaching and Learning in English Schools, 1870–1944*. Historical Geography Research Series no 35, 1999.

